

## MEMÓRIA E MEIO AMBIENTE: A HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA NA IDENTIFICAÇÃO DE MUDANÇAS AMBIENTAIS EM CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO (RJ)

Adriana Ferreira da Silva<sup>1</sup> & Rafael de Souza Dias<sup>2</sup>

**Resumo:** Localizado na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, o bairro de Campo Grande apresenta características de uma média cidade. Embora o aspecto urbano se sobressaia, o seu crescimento e expansão só ocorreram a partir dos anos 1950. Na primeira metade do século XX, esta era uma área predominantemente rural composta por sítios fazendas produtoras de laranja e outras culturas. Após a Segunda Guerra Mundial, com a queda na produção de cítricos, uma série de transformações modificou a estrutura do bairro, alterando a dinâmica ambiental e o cotidiano dos sujeitos. O presente trabalho tem como objetivo apresentar a história oral como metodologia de pesquisa para estudos que visem identificar as transformações ambientais nas últimas décadas. Trata-se de um método de pesquisa no qual são realizadas entrevistas com pessoas que testemunharam fatos de ordens diversas, contribuindo assim para uma investigação científica. Para isso, utilizou-se o bairro de Campo Grande como recorte espacial. Percebe-se que com a queda da citricultura, novas funções para o bairro começam a surgir, o que acarretou diretamente em danos ambientais. Conclui-se que os impactos ambientais aparecem intimamente ligados ao cotidiano dos sujeitos. A história oral mostrou ser uma metodologia adequada e relevante nas investigações sobre antigas paisagens e degradação ambiental.

**Palavras-chave:** Campo Grande; história oral; história ambiental; memória.

**Abstract:** Located in the West Zone of the city of Rio de Janeiro, Campo Grande presents characteristics of an average city. Although the urban aspect appeared, its growth and expansion only occurred from the 1950s. In the first half of the 20th century, this was a predominantly rural area made up of farms producing orange and other crops. After World War II, with the fall in citrus production, a series of transformations modified the structure of the neighborhood, changing the environmental dynamics and the daily life of the subjects. The present work aims to present oral history as a research methodology for studies aimed at identifying environmental transformations in the last decades. It is a research method in which interviews are conducted with people who have witnessed facts of various orders, thus contributing to a scientific investigation. It is noticed that the fall of the citricultura, new functions for the neighborhood begin to arise, which directly entailed in environmental damages. It is concluded that the environmental impacts appear closely linked to the daily life of the subjects. Oral history proved to be an adequate and relevant methodology in investigations of ancient landscapes and environmental degradation.

**Key words:** Campo Grande; Oral history; Environmental history; memory.

### Introdução

Campo Grande é um bairro do Rio de Janeiro, que frequentemente é confundido com um município. Essa impressão é gerada, pois, como veremos a seguir através de dados e números, o bairro tem a dimensão e índices de cidade média, um distrito industrial e comércios que não param de crescer, gerando emprego e renda. Além disso, Campo Grande possui uma rodoviária com ônibus intermunicipal, o que lhe confere certa independência da cidade carioca por concentrar uma série de serviços.

Historicamente, a região era uma área predominantemente rural composta em sua maioria por sítios, chácaras e fazendas produtoras de laranja, banana, cana de açúcar e outras culturas. Com a queda da citricultura, a partir de 1950, uma série de transformações ocorreu nos âmbitos econômico, demográfico e, especialmente, ambiental, com significantes transformações na paisagem e no meio ambiente.

O objetivo desta pesquisa é identificar essas mudanças ambientais ocorridas no bairro de Campo Grande a partir da década de 1950 através da memória dos moradores locais que vivenciaram essas alterações, estabelecendo um diálogo entre estes depoimentos e bibliografia sobre a região. Como objetivos específicos, pretende-se compreender a relação

---

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia, autores de correspondência:  
<sup>1</sup>anafer\_reira@hotmail.com, <sup>2</sup>geo.rafael@gmail.com

entre o desenvolvimento do bairro e os impactos ambientais decorrentes, além de resgatar a importância da experiência vivida para os estudos geográficos e ambientais.

Para esta pesquisa, será utilizada como metodologia a história oral, que consiste na coleta de entrevistas com os moradores mais antigos desta localidade. Buscaremos, através destes depoimentos, localizar as mudanças ambientais que ocorreram no bairro nos últimos 70 anos e como estes impactos estão intimamente ligados ao cotidiano destes sujeitos. Para isso, foram realizados trabalhos de campo onde essas entrevistas foram coletadas e posteriormente transcritas.

### **Material e Métodos**

Nesta pesquisa, utiliza-se como metodologia a História Oral. Trata-se de um procedimento que busca coletar entrevistas de sujeitos que viveram determinadas situações e que podem relatar as suas experiências pessoais com o objeto. De acordo com Amado & Ferreira (2006), este método foi introduzido no Brasil a partir da década de 1970 como fonte para a pesquisa histórica, mas somente na década de 1990 passou a ser utilizada como metodologia em outras ciências, como a Geografia e os estudos ambientais e sociais.

No Brasil, o método tem se mostrado adequado, especialmente para os estudos em bairros ou municípios que possuem poucas pesquisas acadêmicas, relatórios ou registros sobre o seu desenvolvimento. Por ser um método no qual se trabalha com pontos de vista individuais pode também ser utilizado para a compreensão da percepção ambiental de cada indivíduo, com o objetivo de planejar ações para o futuro, evitando a repetição de erros passados no que diz respeito à gestão ambiental.

A memória não só identifica o impacto como promove e amplia a possibilidade de ações de intervenção ambiental, porque traz as necessidades e os anseios dos sujeitos envolvidos com as atividades econômicas, políticas e sociais realizadas no lugar analisado. Portanto, amplia a noção geográfica embasada somente em imagens e números, incorporando a experiência humana aos estudos ambientais. A memória desses antigos sujeitos fornece às gerações de hoje uma gama de informações úteis para reflexões sobre como a sociedade se desenvolveu e quais necessidades sociais implicaram aquelas atitudes de manejo (hoje consideradas) incorretas (Porto & Dias 2012).

Para a Geografia e os estudos ambientais esta metodologia se torna útil no sentido de auxiliar na compreensão do Espaço e Paisagem atual através do passado. Conforme afirma Delgado (2003), tempo, memória, espaço e história caminham juntos e isto acontece porque ao longo do tempo o espaço é transformado em virtude da atuação humana; porém os indivíduos armazenam na memória as lembranças dos lugares, sendo possível recuperar detalhes únicos sobre a História e a paisagem de um determinado local. Ainda segundo a autora, desta forma pode-se resgatar elementos relacionados com a cultura e a identidade de um povo e de um lugar, sendo possível avaliar como o espaço foi construído ao longo do tempo, entendendo as transformações socioespaciais ocorridas em determinado local. Este método possibilita reconstruir a atmosfera de outros tempos, relembando hábitos, valores e práticas da vida cotidiana e, com isto, torna-se viável entender como as ações humanas interferiram no meio ambiente de uma determinada região, permitindo-nos refletir sobre atitudes visando o planejamento ambiental em um local, estabelecendo comparações entre o presente e o passado.

A História Oral pressupõe projeto, pesquisa, técnica de entrevista, postura ética com relação ao entrevistado, assim como de respeito ao entrevistado, ao que foi dito. Aliás, saber ouvir é a característica fundamental do oralista. O entrevistador não é passivo nem outro, na medida em que, ele não é um ouvinte passivo, ele participa e

dirige o processo da entrevista, prepara o roteiro, seleciona as perguntas, introduz questões e temas a serem abordados pelo entrevistado (Delgado 2003).

Durante os depoimentos é importante que o entrevistador esteja atento à qualidade dos depoimentos para definir a quantidade de entrevistas que serão realizadas durante a realização da pesquisa. Neste sentido é necessário que o entrevistado tenha ciência do projeto de pesquisa e dos objetivos desta durante o agendamento da entrevista, para que este avalie de que forma pode contribuir para a realização do trabalho, pois além de seu depoimento o entrevistado pode, se assim desejar, fornecer documentos ou fotografias de relevância para a investigação e indicar possíveis depoentes.

Para realizar uma pesquisa em História Oral é fundamental que o pesquisador elabore previamente um roteiro de pesquisa. Este roteiro não deve servir para engessar a entrevista, mas sim para guiar o diálogo e evitar que ocorra uma dispersão natural da memória, tendo em vista que cada pergunta direciona as lembranças para caminhos internos do depoente, os quais só ele pode acessar.

Também é fundamental salientar que o depoimento oral não substitui os dados e outras fontes de pesquisa, sendo fundamental que o pesquisador tenha a sensibilidade para compreender que a “história oficial” apresenta as bases, mas que os depoimentos revelam paisagens que nunca poderíamos (re)conhecer se não fosse pelo relato da experiência humana.

Seguindo esta linha de raciocínio, a Educação Ambiental coopera para formar uma noção de sustentabilidade que no entendimento de Reigota (2007) está direcionada para a construção de uma sociedade justa, democrática e ecologicamente correta, que utiliza os recursos naturais sem restringir a capacidade das gerações futuras. Neste sentido, para que haja resultados significativos torna-se fundamental associar a este processo a história ambiental do local, uma vez que esta investiga o modo como o ser humano afetou o meio ambiente ao longo do tempo, possibilitando o planejamento de ações sustentáveis, com base no histórico da região. Quanto a isto (Leff 2001) afirma:

A história ambiental vem sendo definida como um campo de estudo dos impactos de diferentes modos de produção e formações sociais sobre as transformações de sua base natural, incluindo a superexploração dos recursos naturais e a degradação ambiental. Esses estudos abordam a análise de padrão de uso dos recursos e de formas de apropriação da natureza, avançando em categorias que permitem um estudo mais integrado das inter-relações entre as estruturas econômicas, políticas e culturais que induzem certos padrões de uso dos recursos e as condições ecossistêmicas que estabelecem as condições de sustentabilidade e de insustentabilidade de um determinado território.

A recuperação do passado é uma forma de trabalho muito comum quando se trata de estudos geográficos e em alguns ramos de estudo da Geografia a compreensão do presente se inicia com a reconstrução do passado através da utilização de diversos instrumentos (um destes é a memória dos sujeitos). De acordo com Amado & Ferreira (2006) a memória “é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato em uma representação seletiva de um passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar, social, nacional”.

Seguindo nesta perspectiva, através da memória é possível compreender não só a paisagem, como também a organização do espaço, origem de problemas ambientais e outros, pois esta fornece detalhes por vezes ausentes em outras fontes, possibilitando ao pesquisador a reconstrução de tempos antigos. Apesar de ser classificada como individual a memória pode armazenar detalhes de ordem coletiva que auxiliam na reconstituição da cultura, a paisagem, o lugar e outros. Neste sentido, Amado & Ferreira (2006) afirmam que o caráter coletivo de toda memória individual é evidente e que a memória não se restringe apenas ao ser humano,

podendo esta ser retratada e reconstruída através do patrimônio, pois de acordo com (Ghirardello *et al.* 2008) “os bens, que constituem os elementos formadores do patrimônio, são ícones repositores da memória, permitindo que o passado, interaja com o presente, transmitindo conhecimento e formando a identidade de um povo.”

Dessa forma, o patrimônio compõe a memória e a paisagem local, fornecendo informação histórica para a pesquisa geográfica, pois de acordo com Funari (2001) os monumentos históricos são portadores de mensagens e devido a sua natureza como cultura material são utilizados pelos atores sociais para produzir significado. Este como integrante da memória coletiva traz à tona importância desta para a investigação, uma vez que a memória individual pode ser falha. Neste sentido Rolim (2010) afirma:

Desse modo, a memória coletiva, auxilia a confirmar a existência de fatos presentes em cada memória subjetiva, isto é, quando alguém lembra alguma coisa, essa lembrança não é total, pois a memória não é capaz de resgatar todas as nuances dos episódios vividos, daí a importância de verificar, na coletividade, outras luzes trazidas através das lembranças de outros atores para que os episódios narrados na oralidade ganhem a sanção de uma testemunha.

## **Resultados e Discussão**

Localizado na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, Campo Grande ocupa uma área de 11.912,53 hectares, concentrando uma população de 328370 habitantes (IPP, Armazém de dados 2010). Se fosse emancipado, Campo Grande ocuparia a 9ª colocação entre os 92 municípios fluminenses, à frente de cidades economicamente importantes, como Petrópolis, Macaé, Nova Friburgo, Cabo Frio e Angra dos Reis.

Durante o século XVI, iniciaram-se as atividades cafeeiras nas encostas dos Maciços do Mendanha e da Pedra Branca, que trouxeram como consequência os primeiros desmatamentos para a região. Taunay (1943) afirma que a onda cafeeira espalhou-se para os distritos de Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, e dentro da cidade do Rio de Janeiro se formou o primeiro núcleo de mudas e sementes que inundaram o território fluminense, além de toda a região Sudeste do país, além de Paraná e Santa Catarina.

No início do século XVIII, as fazendas concentravam a maior parte da população local e cerca de 1/3 dos lavradores escravistas não possuíam terras. A produção de açúcar na área era feita através de partidos de canas que pertenciam aos parentes dos senhores engenho. Mais à frente, com o esgotamento do ciclo do ouro, em meados do século XVIII, iniciou-se a lenta decadência da produção canavieira no recôncavo (Pedroza 2011) marcado por uma significativa queda na quantidade de engenhos.

Na região de Campo Grande, o café foi introduzido pelo padre Antônio Lopes da Fonseca, com a plantação das primeiras mudas na fazenda do Mendanha em Campo Grande (Lamego 1948), perdurando esta cultura até o século XIX.

Nesta época, a região viveu um período de isolamento e estagnação econômica, pois seus empreendimentos agrícolas apresentavam baixa lucratividade, devido a pouca qualidade da produção agrícola, peculiaridades locais e a transferência dos centros de produção agroexportadora de café e cana do Rio de Janeiro para o Vale do Paraíba e Campos dos Goytacazes. Como agravante, ainda havia a crise de mão de obra provocada pelo fim do tráfico negreiro, insalubridade, epidemias e dificuldade de comunicação terrestre com a parte urbana da cidade (Pedroza 2011).

Além disso, a região também não era valorizada socialmente e o seu crescimento populacional não se comparava ao desenvolvimento da parte da urbana da cidade, pois “a classe dominante perdeu o interesse nas grandes fazendas e migrou para regiões mais centrais da corte, depois sede da República” (Pedroza 2011). No final do século XIX, “os trens foram os responsáveis pela rápida transformação de freguesias que, até então, se mantinham

exclusivamente rurais” (Abreu 1997), pois houve a extensão do ramal de trem da Central até Deodoro no ano de 1859. Posteriormente os trens chegaram a Campo Grande, no ano de 1878, estabelecendo-se assim aglomerados urbanos no entorno destas estações, sendo uma ocupação descontínua dentro de uma enorme área rural (Geiger 2002). Porém, na virada do século XX, sobrou para região a sua classe trabalhadora, dedicando-se basicamente ao extrativismo de lenha e à produção de alimentos para subsistência e consumo dos centros urbanos mais próximos. Ainda existiam, em atividade, herdeiros (mesmo que não muito ricos) de engenhos de aguardente e rapadura que perduraram pelo menos até a década de 1920 (Pedroza 2011).

No início do século XX, teve início a fase agrícola mais importante da região, pois, “a transferência dos cafezais para o Vale do Paraíba possibilitou, a partir de 1930, a implantação do cultivo dos laranjais” (Pernambuco *et al.* 1979). Na época dos laranjais, a freguesia teve um crescimento devido à instalação de várias unidades militares na área, principalmente em Deodoro, Vila Militar e Marechal Hermes. Mais à frente, este crescimento foi incrementado com a inauguração da Avenida Brasil em 1946, que segundo Abreu (1997) tinha como objetivo incorporar novos terrenos ao tecido urbano.

O chamado “período da citricultura” esteve em alta até a década de 1950; porém teve sua decadência iniciada a partir da 2ª Guerra Mundial. Segundo Abreu (1997) a laranja era transportada em navios frigoríficos estrangeiros que não aportavam mais no Rio de Janeiro. Somando a isto a falta de armazéns frigoríficos e o transporte ferroviário deficiente das chácaras para a ferrovia, provocou-se o apodrecimento da fruta nos pés, dando origem a uma praga citrícola que dizimou grande parte das plantações. Após a guerra, com a produção não mais atendendo ao mercado interno, o governo proibiu a exportação da laranja, fator este que “contribuiu de maneira decisiva para que Campo Grande começasse a transformação das propriedades rurais em loteamentos suburbanos” (Soares 1965), sendo este o ponto de partida para as mudanças ambientais que ocorrem na região até os dias atuais.

Apesar da queda da citricultura de exportação, a região ainda produzia muitas hortaliças, concentrando, em 1950, 1335 estabelecimentos agrícolas (Soares 1965). Nesta época, segundo Geiger (2002), era possível ver laranjais, bananais e gado leiteiro nas planícies e encostas da área. Porém, já se notava na região a tendência para o desenvolvimento urbano e mais à frente “com os serviços de drenagem e saneamento, as culturas da laranja e da banana se transferiram para a baixada e, posteriormente, as terras planas foram valorizadas para fins imobiliários” (Pernambuco *et al.* 1979).

Os primeiros grandes impactos ambientais do período surgiram com os loteamentos das fazendas, quando os numerosos compradores dos terrenos iniciaram uma série de cortes de árvores na região para a construção de suas residências. Com isto, o bairro que já concentrava índices de desmatamento em função da prática agrícola e da passagem de linhas de transmissão elétrica, apresentou agravamento deste quadro, com o início de seu desenvolvimento.

Assim o IBGE apresentou e descreveu a região em 1958:

A valorização das terras nas áreas rurais do Distrito Federal conduz numerosos trechos antes produtivos à desolação que podemos ver na fotografia: um extenso laranjal abandonado até que suas árvores sejam arrancadas pelos tratores e a terra cortada pelas ruas dos loteamentos que marcam o início de sua incorporação à zona urbana do Rio de Janeiro. A fotografia foi tirada ao sul de Campo Grande, principal núcleo urbano de zona rural do Distrito Federal que aos poucos se vai urbanizando. (IBGE 1958).



Figura 1. Registros de loteamentos por volta de 1980. Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

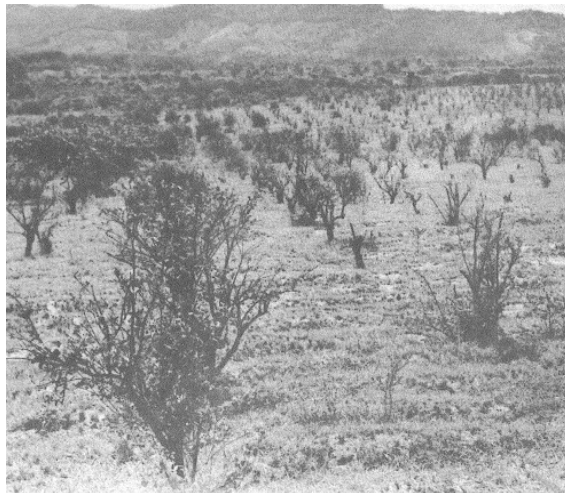


Figura 2. O laranjal citado no Relatório das Cidades. Fonte: IBGE (1958).

Na década de 1960, o censo registrava na região um total de 1092 estabelecimentos agrícolas e a população de Campo Grande teve um incremento de 112%, sendo este o mais alto índice do município. Crescimento este que acentuou desenvolveu a remoção de áreas de florestas existentes (Soares, 1965). O processo de remoção das árvores no referido período foi citado em entrevista pela senhora Neli.

Adriana: Como era o bairro quando a senhora se mudou pra cá? Em que ano foi isso?

Neli: quando a gente se mudou pra cá em 57, isso aqui era tudo árvore, tinha sítio, fazenda, tudo laranjal, também muita árvore na rua, amendoeira, pé de Jamelão. Isso aqui era roça, não tinha água, o esgoto corria a céu aberto, a gente apanhava água numa biquinha do instituto e lá casa tinha um poço.

A: Qual era a brincadeira das crianças?

N: A gente ia pro morro, as crianças roubavam laranja, enchiam a bolsa, aí depois vinha tiro de escopeta, mas não era pra matar, era só pra botar a gente pra correr.

A: O que aconteceu com os sítios, árvores e os pés de laranja da região?

N: Aos poucos foram vendendo, fazendo lotes de terreno, aí os compradores foram cortando as árvores e os pés de laranja.

A: Atualmente o que existe no lugar desses sítios?

N: Hoje, a gente olha pro morro é só casa, tem pouca árvore. Se mudou muita gente pra cá.

A: E o calçadão de Campo Grande como era na sua infância? Existiam árvores ali?

N: O calçadão não era isso tudo que é hoje, ainda tinha muita casa e árvore na rua, aos poucos foi vendendo e virando comércio e as árvores de rua foram cortadas.

Um dos tipos de paisagens mais comuns da época pode ser observado na fotografia a seguir: a encosta, com sua parte mais elevada em mata, um bananal ou laranjal na meia encosta, enquanto que as terras baixas ficam improdutivas.

As casas, geralmente ficam na parte da baixada mais próxima da encosta, ou mesmo nos baixos níveis de colinas. “Esta vista foi tomada entre os núcleos urbanos de Bangu e Campo Grande e indica um abandono do laranjal diante do avanço da cultura das bananas” (IBGE 1958).



Figura 3. Baixada e encosta em Campo Grande. Fonte IBGE (1958).

Assim o Relatório das Cidades classificou a região:

Na extensa zona rural situada entre Campo Grande e o lugar Ilha, que fica junto ao oceano, são numerosas as áreas rurais onde já se sente a proximidade do núcleo urbano de Campo Grande através dos loteamentos e das áreas improdutivas a espera de valorização cada dia crescente. Porém, numerosos trechos há em que as atividades rurais são flagrantes; na foto temos, na encosta, um bananal sobre capoeira desmatada e, na baixada, plantações de banana e laranja, parcialmente encobertas pelo mato, o que denota seu mau estado. (IBGE 1958).



Figura 4. Paisagem marcada por atividades rurais que desalojaram a floresta. Fonte: IBGE (1958).

Nessa época, o bairro já estava em pleno processo de desenvolvimento urbano e seu relevo suave favorecia a instalação de loteamentos sem grande despesa (Soares 1965). A área já possuía uma série de serviços (comércio, escolas, igrejas, hospitais) que atendiam a população. De acordo com Geiger & Davidovich (1961), Campo Grande possuía centralidade surpreendente para uma área rural. Ainda nesta perspectiva, segundo Geiger (2002), com a circulação do automóvel, a urbanização se espalhou e cresceu na região, trazendo a multiplicação dos loteamentos para habitações populares e nesse período também houve a

criação a do distrito industrial de Campo Grande com a posterior instalação de empresas como a Michelin e outras. A senhora Neli cita como era o bairro na época da zona rural:

Adriana: Aonde a senhora estudava?

Neli: A gente estudava na Rainha Vitória íamos pra escola de Kombi, com seu Alberico, ele levava as meninas e dava carona pra gente, mesmo contra a vontade delas, aqui não tinha escola, construíram a Luiz Edmundo em 1962.

A: Como eram as escolas do bairro nessa época?

N: Em 1962, as escolas daqui: Amazonas, Dom Bosco eram rurais, as crianças iam pra escola de macacão tipo jeans, com a blusa da escola por dentro e plantavam na horta, estudavam um pouco, depois plantavam. Aí de quem não fosse a diretora era firme.

A: O que a senhora via nesse percurso até a escola?

N: Além das casas tinha muitos terrenos vazios e resquícios das fazendas que existiram no bairro, naquele morro das casinhas tinha uma antiga senzala, onde a gente brincava, tinha corrente, tronco, as pessoas diziam que tinha assombração ali.

A: Existia alguma coisa nesses terrenos vazios?

N: Antigamente em qualquer terreno vazio tinha pé de mamão, bucha vegetal, a gente apanhava essas coisa no meio do mato. No terreno vazio do lado da D. Lica tinha porco, galinha, plantação de alface que ela tomava conta.

Os principais serviços como comércio e hospitais se concentravam na região central do bairro, sendo a natureza bem preservada na zona rural onde ainda não havia iniciado os loteamentos de terras, principalmente nas localidades mais afastadas nas quais a produção de laranja se encerrou por completo somente na década de 1970. Nessa época, “até o final do século do século XX, a área que compõe Campo Grande não apresentou um crescimento que chamasse atenção” (Silva & Gamarski 2010), ocasionando assim os impactos ambientais de forma mais lenta. Este fato aparece no depoimento do senhor Marcos André.

Adriana: Como era o bairro quando você se mudou pra cá? Em que década foi isso?

Marcos André: Isso aqui em 70 era árvore pra tudo que é lado, em cada casa tinha uma amendoeira, as crianças brincavam debaixo da árvore na rua, não se comprava limão, manga, até na pedreira tinha árvore, hoje em dia só tem Maricá.

O senhor Marcos André cita o que aconteceu com o ambiente da região com o passar do tempo.

Adriana: O que aconteceu com essas árvores?

Marcos André: Foram tudo arrancada.

A: Pra que essas árvores foram removidas?

M.A: Pra virar casa

A: Quais espécies de árvores você viu sendo removidas?

M.A: Aqui tinha Eucalipto, Flamboyant, Oiti, Jamelão, Cipó.

A: Você viu isso ao longo da sua infância e adolescência, com o passar dos anos a situação melhorou ou piorou?

M.A: Eu só vi piorar.

A: Na sua visão essas árvores traziam algum benefício pra região?

M.A: Sim, aqui ventava, tinha sereno, à noite não tinha ninguém na rua. Hoje em dia não tem mais nada disso.

A: Essas árvores atraíam alguma espécie animal pra região?

M.A: Sim, aqui tinha Caboré, Furão, Preá, Gambá, Mico, galinha d’angola, coelho, a fauna daqui mudou.

A: Quando você foi morar no sub- bairro Silvestre na década de 90, o que viu por lá?

M.A: A mesma coisa que eu vi aqui. Tinha muita árvore, sítio, já tá tudo virando casa e ainda tem sítio resistindo, só que lá criaram uma área de preservação ambiental.



Neste momento, Campo Grande se sobressai como o principal núcleo urbano da zona rural do Rio de Janeiro, adquirindo, a cada dia, mais características de subúrbio, abrigando uma população que trabalha na cidade, tendo no trem elétrico o único meio de comunicação direto com o "centro" do Rio de Janeiro.

Na fotografia a seguir, datada de 1950, vemos a estação de Campo Grande no primeiro plano e por trás da mesma uma parte do comércio do núcleo; mais ao fundo, um de seus bairros sobre um baixo nível de colina e no qual o casario escondido num arvoredado abundante revela a atmosfera rural em volta. Finalmente as vertentes anteriores do maciço da Pedra Branca marcadas pelas terras de cultivo.



Figura 5. Campo Grande em 1950. Fonte: IBGE (1958).

Segundo Lago (1998), no final da década de 1970, iniciou-se na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, uma nova forma de produção fundiária associada à incorporação imobiliária, na qual o loteador descapitalizado que predominava nas décadas de 1950 a 1970, cedeu lugar à empresa imobiliária que fazia não só a compra da terra, mas também o seu retalhamento, construção e comercialização das moradias. Dando sequência a este processo, na década 1980 os lotes clandestinos na região apresentaram uma produção pouco significativa.

Dessa forma, os impactos ambientais do final do século XX tornaram-se ainda mais agressivos e na década de 1990 o bairro de Campo Grande já estava com sua fauna e flora completamente modificada, possuindo apenas resquícios de atividade agrícola nos sub-bairros Rio da Prata e Mendanha e um índice reduzido de sítios ainda resistentes em algumas regiões do bairro.

Nessa época iniciou-se uma nova fase do bairro, gerada a partir do desenvolvimento acelerado do mercado imobiliário iniciado nas décadas anteriores e investimentos dos setores

públicos e privado na região, dados demográficos indicavam um crescimento regional de 29% sendo a segunda maior taxa de crescimento da cidade, superando apenas a Barra da Tijuca. A região apresentava o maior índice populacional da cidade, tendo absorvido 200.640 novos residentes na época (Silva & Gamarski 2010).

E a cidade do Rio de Janeiro vivenciava a fase de expansão dos subcentros comerciais com aumento populacional e o congestionamento do trânsito em função do aumento do número de veículos, o que levou a população carioca a buscar suas necessidades em locais próximos de suas residências. Seguindo esta linha de raciocínio, Soares (2011) afirma que “O fenômeno subcentro é comum às grandes metrópoles, onde a expansão urbana vai aumentando as distâncias e levando os moradores a procurem estabelecimentos mais próximos, em busca, pelo menos, de mercadoria e serviços não especializados.”

Neste período, os loteamentos clandestinos do passado já haviam perdido completamente o espaço para os condomínios estruturados das grandes construtoras voltados para as classes média e alta, utilizando como atrativos a proximidade destes serviços, nessa época os impactos ambientais se tornaram mais agressivos, tendo os desmatamentos causas como “áreas ocupadas por algumas favelas e zonas residenciais adentrando nas áreas verdes” (Pernambuco *et al.* 1979).

O elevado preço de terra na região gera como consequência o aumento da ocupação de locais desprovidos de estrutura como beiras de rios e encostas (Barata 2010), provocando danos como agravamento dos índices de poluição dos rios da região e aumento do desmatamento nas encostas.

O senhor Marcos André conta como era sua infância antes da intervenção antrópica:

A: Quais eram as brincadeiras das crianças?

M.A: A gente roubava aqui no seu Becker, ele aparecia e ficava rindo, depois a gente depois descobriu que era bom roubar coco perto da Avenida Brasil, tinha dia que juntava aquela molecada e roubava uma galinha, um ovo que não dava nem pra comer apenas pelo prazer da brincadeira.

A: Em qual parte do bairro vocês faziam isso?

M.A: Nessa estrada aqui que era corredor cheio de árvores dos dois lados.

A: Você lembra algum benefício dessas árvores pra qualidade de vida dos moradores?

M.A: Quando eu morava lá no Silvestre, pegava abil roxo, comia e abaixava a glicose, nem sabia, só fui descobrir no médico, aqui tinha trombeta, sabe o que é? Uma planta igual a uma trombeta, aquilo é calmante, dava em qualquer mato por aqui.

Nesta nova fase do bairro no ano de 2005, sua área de unidades de conservação correspondia a 20.843.866,00 m<sup>2</sup> e sua área de parques naturais correspondia a 425.294,00 m<sup>2</sup> (IPP, Armazém de Dados 2005), apesar da grande transformação vivenciada pela região é comum a presença de antigas construções do passado. Segundo Geiger (2002), nesta região ainda predominam casarios baixos e muitos espaços vazios. Em meio às novas construções e casas reformadas ainda visualiza-se imóveis com arquitetura antiga e imagens de santo no telhado, a maioria destes possui função residencial e alguns ainda existentes no centro do bairro possuem funções comerciais, caracterizando um espaço transformado, porém traços do passado.

Nas últimas décadas, surgiram no bairro os primeiros condomínios com área de preservação ambiental, mas estes ainda são registrados em pequenos índices, bem como as medidas de recuperação da cobertura vegetal. Nesse sentido, no ano de 2011, foi registrado na área um reflorestamento de 195,34 m<sup>2</sup>, equivalentes a 1,64% da área total do bairro. (IPP, Armazém de dados 2011). Porém são ações muito pequenas, se comparadas ao dano

ambiental sofrido desde a queda da citricultura na região, nesta linha de raciocínio Leff (2002) afirma:

A degradação socioambiental está exigindo a imposterável necessidade de transformar os princípios da racionalidade econômica, de seu caráter desigual e depredador, para construir uma racionalidade produtiva capaz de gerar um desenvolvimento equitativo, sustentável e duradouro.

Hoje, de acordo com Pernambuco *et al.* (1979), os desmatamentos são provocados por “áreas ocupadas por algumas favelas e zonas residenciais adentrando nas áreas verdes”. Dessa forma existe a necessidade de equilibrar o desenvolvimento da região com medidas de preservação ambiental, visando manter os recursos naturais e assegurar a qualidade de vida dos moradores novos e antigos do bairro. Quanto a isto Leff (2002) afirma:

O desafio é desenvolver novas formas de articulação de uma economia global sustentável com economias de autoconsumo centradas na melhoria do potencial ambiental de cada localidade, que resultem altamente produtivas, ao mesmo tempo em que preservem a base de recursos naturais e a diversidade biológica dos ecossistemas.

Nesta perspectiva, também são necessárias políticas públicas de fiscalização e educação ambiental que visam atenuar os impactos deste crescimento sobre a bacia hidrográfica de Sepetiba, que engloba o bairro. De acordo com Montezuma (2012) a política de polarizar o crescimento industrial para áreas menos congestionadas, como Campo Grande, e o crescimento populacional, provocaram o aumento da carga sólida na bacia hidrográfica, o que trouxe problemas como a destruição dos ecossistemas, os aterros, o uso desordenado do solo e outros efeitos impactantes, como assoreamento, sedimentação e, especialmente, inundações, que ocorrem de forma recorrente nas áreas que ainda não possuem esgoto sanitário.

## **Conclusão**

Através da memória dos idosos, foi possível notar que Campo Grande sofreu um intenso desmatamento, e este ocasionou a perda diversas espécies vegetais, a migração e morte de espécies animais que perderam seu habitat natural, a transformação dos sítios da região em áreas residenciais trouxe ainda mudanças climáticas como: redução dos ventos e aumento da temperatura local. Estes depoimentos estavam em consonância com a base bibliográfica, sendo possível, através do diálogo entre as duas fontes, estabelecermos tantos as mudanças que aconteceram em macroescala, como também na esfera cotidiana.

Os danos ambientais ocorreram de forma lenta até década de 1960, pois apesar do núcleo urbano localizado na área central do bairro e da queda na produção agrícola, a região ainda concentrava muitos sítios e áreas verdes nos terrenos vazios. Porém, na década de 1970, estes impactos tornaram-se mais agressivos com o surgimento da nova forma de produção fundiária na zona oeste da cidade associada à incorporação imobiliária que dividia os terrenos e construía as residências nos antigos sítios. E como consequência disto, na década de 1990, o bairro já estava com sua fauna e flora completamente modificada, restando apenas uma pequena produção agrícola e sítios que resistem até os dias de hoje nos sub-bairro: Mendanha e Rio da Prata.

Atualmente, de acordo com Pernambuco *et al.* (1979), os resquícios do passado agrícola da região trazem à tona um problema ambiental antigo na localidade: o desmatamento que já existia causado principalmente pela banana na época do seu cultivo, agora avança em grande proporção no bairro devido ao crescimento dos condomínios residenciais. Segundo Geiger *et al.* (2001) “nesta parte da cidade, onde há décadas passadas,

existiam importantes atividades agrícolas, pomares de laranjais, ainda podem ser encontradas as casas com quintais”. Sendo assim, ainda é comum no bairro o corte de árvores em sítios decadentes ou em áreas verdes para a realização de novas construções.

Nesta perspectiva, compreende-se que a História Oral é um método válido para as pesquisas que almejam analisar processos de degradação ambiental. Essa técnica de pesquisa pode e deve ser aplicada principalmente em regiões que possuem poucos registros bibliográficos e que carecem de estudos aprofundados sobre sua dinâmica ambiental. Além de contribuir para estudos espaciais históricos, geográficos e ambientais, a História Oral resgata e valoriza a experiência daqueles sujeitos que poucas vezes são ouvidos em nossa sociedade, os idosos.

#### **Agradecimentos**

Agradecemos aos idosos que gentilmente cederam os seus depoimentos.

#### **Referências Bibliográficas**

- Abreu MA (1997) A Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLAN RIO. 156 p.
- Amado J, Ferreira MM (2006) Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FVG. 304 p.
- Barata PHA (2010) A (auto) segregação residencial e seus agentes na periferia carioca: o caso do bairro de Campo Grande. Encontro Nacional dos Geógrafos Crise, práxis e autonomia: espaço de resistência e de esperanças Espaço de diálogo e práticas. Disponível: [www.agb.org.br/evento/download](http://www.agb.org.br/evento/download). Acessado em 02 de fevereiro de 2017.
- Corrêa M (1936) O Sertão Carioca. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 167: 17-65.
- Delgado LA (2003) História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidade. Revista História Oral, v.6: p.1-17. Disponível: [http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path\[\]=62&path\[\]=54](http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path[]=62&path[]=54). Acessado em 02 de março de 2017.
- Funari PP (2009) Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. Trabalhos de Antropologia e Etnologia 41. Disponível: [www.ufjf.br/maea/files/2009/](http://www.ufjf.br/maea/files/2009/). Acessado em 28 de março de 2017.
- Geiger PP, Davidovich F (1961) Aspectos do fato urbano no Brasil. Revista Brasileira de Geografia, n.2. Disponível: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1961\\_v23\\_n2.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1961_v23_n2.pdf). Acessado em 28 de março de 2017.
- Geiger PP (2002) A Metrópole e cidade do Rio de Janeiro. Portal GEO. Disponível: [portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/texto\\_cidade.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/texto_cidade.htm). Acessado em 03 de março de 2017.
- Geiger P, Arueira LR, Alem A (2001) Mapa Social do Rio de Janeiro. Coleção de Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: PMRJ. Disponível: [portalgeo.rio.rj.gov.br/estudos Cariocas/](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudos Cariocas/). Acessado em 03 de março de 2017.
- Ghirardelo N, Spisso B, Faria GGM (2008) Patrimônio Histórico: Como e Porque Preservar? Disponível: [http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio\\_historico.pdf](http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf). Acessado em 28 de março de 2017.
- IBGE (1958) Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. VI. Rio de Janeiro: IBGE. 426p.
- IPP - Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Disponível: [portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index\\_bairro.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_bairro.htm). Acessado em 28 de março de 2017.
- Lago LC (1998) Estruturação Urbana e mobilidade espacial: Alterações no quadro de desigualdades socioespaciais na metrópole do Rio de Janeiro. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Disponível: [www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/). Acessado em 28 de março de 2017.
- Lamego AR (1948) O Homem e a Guanabara. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Conselho Nacional de Geografia. 260 p.
- Leff E (2001) Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, Complexidade, poder. Petrópolis: Vozes. 343p.
- Leff E (2002) Agroecologia e saber ambiental. Revista Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, V.3, n.1. Disponível: [http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3\\_n1/revistaagroecologia\\_ano3\\_num1\\_parte08\\_artigo.pdf](http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n1/revistaagroecologia_ano3_num1_parte08_artigo.pdf). Acessado em 28 de março de 2017.
- Montezuma P (2012) Análise de prováveis fatores causadores do processo de assoreamento na Baía de Sepetiba - RJ. In: Filho DT, Antunes JC, Vettorazzi JS, Organizadores. Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim- Experiências para a gestão dos recursos hídricos. Rio de Janeiro: Inea, pp. 21-42.
- Pedroza M (2011) Engenhocas da Moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 297 p.

- Pernambuco RJA, Melo LEC, Pitanga JFS, Albuquerque J, Meira PF (1979) Diagnóstico dos desmatamentos nos maciços da Tijuca, Pedra Branca e Gericinó - Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia, n.3. Disponível: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201979%20v41\\_n3.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201979%20v41_n3.pdf). Acessado em 28 de março de 2017.
- Porto I, Dias RS (2012) O lugar do idoso na construção de sociedades sustentáveis: o exemplo da memória ambiental em Cardoso Moreira (RJ). Revista da Terceira Idade, n.55. Disponível: [https://www.sescsp.org.br/files/edicao\\_revista/d9320b3c-2b6c-45bb-a00d-aaf9e7515728.pdf](https://www.sescsp.org.br/files/edicao_revista/d9320b3c-2b6c-45bb-a00d-aaf9e7515728.pdf). Acessado em 23 de maio de 2017.
- Reigota M (2007) Ciência e Sustentabilidade: a contribuição da educação ambiental. Avaliação-Revista de Avaliação da Educação Superior, V.2, n.2. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v12n2/a03v12n2.pdf>. Acessado em 28 de março de 2017.
- Rolim ES (2010) Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras – PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010. Disponível: [http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2010\\_mest\\_eliana\\_rolim.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2010_mest_eliana_rolim.pdf). Acessado em 28 de março de 2017.
- Silva JPP, Gamarski EAB (2010) Campo Grande: Algumas considerações sobre seu desenvolvimento. Encontro nacional dos Geógrafos Crise práxis e autonomia: espaço de resistência e de esperanças Espaço de diálogos e práticas. Disponível: [www.agb.org.br/evento/download](http://www.agb.org.br/evento/download). Acessado em 28 de março de 2017.
- Soares MTS (2011) Bairros, Bairros Suburbanos e Subcentros. Revista Espaço Aberto, V.1, n.1. Disponível: <http://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2038>. Acessado em 28 de março de 2017.
- Soares MTS (1965) Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia, n.3. Disponível: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1965\\_v27\\_n3.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1965_v27_n3.pdf). Acessado em 28 de março de 2017.
- Taunay ADE (1943) Pequena história do café no Brasil. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. 558p.